

1 **ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA DE EXTENSÃO**

2 Aos dois dias do mês de abril de 2018, às 10h, na sala de reunião do Câmpus Goiânia  
3 Oeste, realizou a primeira reunião da Câmara de Extensão cuja convocação foi realizada  
4 por meio do Memorando Circular Nº 010/2018/PROEX/IFG tendo a seguinte pauta: 1)  
5 Informes gerais; 2)Assistência estudantil módulo Suape; 3)Encontro de egressos; 4)JIF;  
6 5)Apresentação do resultado da consulta pública sobre a Minuta de Empresa Junior;  
7 6)Estágio e Programa Nacional de Alimentação PNAE. A condução da reunião ficou a cargo  
8 do presidente da Câmara de Extensão, o Pró-Reitor de Extensão, Daniel Silva Barbosa,  
9 sendo assessorado pela Diretora de Ações Profissionais e Tecnológicas, Waléria Rodovalho  
10 e pelo Diretor de Ações Sociais, Willian Batista dos Santos. A reunião contou com as  
11 seguintes presenças conforme vistas na lista de frequência: Mariana M. Nóbrega, Marluce  
12 Silva Sousa, Sergio Botelho de Oliveira, Alessandro Silva de Oliveira, Lorena S. O. Costa,  
13 Renata Luiza da Costa, Martha Manrique, José Nerivaldo Pimenta da Silva, Maria Betânia  
14 Gondim da Costa, Bruno Quirino Leal, Rômulo Davi Albuquerque Andrade, Paulo Roberto  
15 de Moraes Pereira e Blyeny Hatalita Pereira Alves. O Pró-Reitor de Extensão iniciou a  
16 reunião com a apresentação dos Diretores que estão à frente das atividades da PROEX nas  
17 Diretorias de Ações Profissionais e Tecnológicas e Ações Sociais passando a fala para eles  
18 e dando sequência aos informes. O Diretor Willian informou sobre a Assistência Estudantil  
19 que iniciou o processo de informatização, por meio da criação de uma plataforma para  
20 auxiliar nas atividades desenvolvidas pelas Assistentes sociais nos Câmpus. O módulo já  
21 está funcionando e, estão sendo anotadas as possíveis alterações e os problemas que  
22 estão surgindo para serem repassados para a DTI. Acrescentou, também, que haverá uma  
23 agenda para falar sobre os processos, os recursos do PNAEs e dialogar junto à comunidade  
24 do Câmpus. O Pró-Reitor Daniel complementou as informações do Diretor Willian sobre o  
25 orçamento da Assistência Estudantil, fazendo uma retrospectiva sobre todo o processo do  
26 orçamento para melhor compreensão. Maria Betânia perguntou se o pagamento do recurso  
27 permanecerá para os estudantes do curso Técnico em tempo Integral e da EJA. Daniel  
28 afirmou que todos os alunos que estão dentro do critério socioeconômico receberão o  
29 auxílio e, complementou dizendo que a maior parte, atualmente, do recurso é utilizado pelos  
30 estudantes do médio, no entanto, o recurso do PNAEs é para estudantes do curso superior.  
31 Ainda apresentou uma planilha sobre "orçamento do auxílio estudantil" explicando sobre  
32 esta questão e, disse que é necessário pensar sobre o atendimento majoritário do médio.  
33 Maria Betânia disse estar preocupada com a forma da política que está sendo criada, na  
34 qual está fazendo distinção e não igualdade. Relatou ainda que existem estudantes que não

35 tem tempo para deslocar e não receberão o auxílio e, o ideal seria pensar na realidade por  
36 câmpus e não como uma proposta geral. Martha relatou que no Câmpus Goiânia Oeste  
37 foram poucos estudantes que ficaram fora do programa e estes geraram um movimento  
38 dentro do Câmpus. E, indagou, sobre o não conhecimento de todos acerca do processo  
39 sobre o orçamento e que compreende a nova forma por meio do critério socioeconômico.  
40 Betânia disse que, também, compreende o processo, porém é difícil justificá-lo dentro do  
41 Câmpus. Cristiane informou que muitos estudantes do Câmpus Uruaçu não moram na  
42 cidade e, por isso, passam o dia todo no Câmpus e, questionou sobre o recurso, dizendo  
43 que existem mais alunos no médio precisando do recurso do que no superior. Marluce  
44 questionou sobre como fazer o estímulo para o ingresso no tempo integral se não são  
45 ofertadas as devidas condições, incluindo a alimentação, alertou pela necessidade de um  
46 recurso de algum outro lugar para estes estudantes. Mariana perguntou como será a forma  
47 de descentralização do recurso para o Câmpus, se será total ou mês a mês? Daniel  
48 respondeu que a descentralização do recurso será de mês a mês. José Nerivaldo ponderou  
49 que a realidade sobre o orçamento vai ficar pior e insuficiente, a tendência será para cortes  
50 no recurso e, alertou sobre a clareza no enfrentamento político que estamos passando.  
51 Betânia relatou sobre a importância de o Daniel levar os questionamentos dos gerentes ao  
52 CONSUP, pois o curso técnico em tempo integral está enfrentando problemas e, não há  
53 condições estruturais para ofertar uma educação de qualidade. Lorena acrescentou que o  
54 tempo integral não foi discutido junto ao Câmpus, sendo que não havia estrutura e,  
55 ponderou, sobre repensar a continuidade destes cursos diante do atual cenário e,  
56 perguntou, qual seria a política de atendimento ao ensino médio, já que do superior é o  
57 PNAEs. Mariana sugeriu deixar o meio período para esses estudantes se dedicarem ao  
58 estágio, assim ajudaria os estudantes a pleitearem até mesmo uma vaga para estágio  
59 remunerado. José Nerivaldo alertou que a discussão sobre o tempo integral é para o PDI e,  
60 que diante da conquista do tempo integral, o discurso deve ser para as formas de melhorias  
61 e não de extinção. Daniel ponderou que a PROEX pensou em todas as questões levantadas  
62 e, que é necessário um Seminário para aprofundar esta discussão. Explicou como  
63 funcionaria a questão orçamentária na Reitoria para o Câmpus. E, afirmou que a Assistência  
64 Estudantil ainda não está qualificada o suficiente junto à permanência e êxito. Relatou sobre  
65 a necessidade de pensar que foram realizadas boas escolhas e, para não apressar para a  
66 extinção de políticas importantes, pois assim, acaba fragmentando e destruindo o que foi  
67 construído até agora. Informou sobre a presença de placas fotovoltaica que serão instaladas  
68 em todos os Câmpus e, que haverá economia de recursos, portanto, para onde pode ser

69 destinado este recurso? Reafirmou o questionamento sobre a forma que esta sendo  
70 utilizado o recurso, que tem critério, portanto é necessário repensar sobre esta questão e,  
71 alegou que não haverá economia com medida do “socioeconômico”, na verdade, haverá  
72 uma adaptação no recurso destinado do Programa. A Diretora Waléria iniciou o informe  
73 sobre o Encontro de Egressos, fazendo uma retrospectiva sobre como está sendo  
74 construída a Política de Acompanhamento de Egresso na Instituição, acrescentando sobre o  
75 lançamento do Portal do Egresso, que acontecerá dia quatro de maio de 2018. Explicou,  
76 ainda, sobre a criação dos Comitês Locais de Egressos, presentes nos Câmpus, os quais  
77 participarão deste lançamento e de uma primeira reunião, por Webconferência que ocorrerá  
78 dia seis de abril de 2018. Willian informou sobre o início das atividades para organização do  
79 JIF, que já foi realizado uma avaliação do JIF do ano passado e, a definição das datas para  
80 os locais do JIF 2018, sendo a primeira etapa realizada em Jataí e a segunda em Goiânia.  
81 Martha questionou sobre a parte orçamentária do JIF. Willian disse que a base do  
82 orçamento do JIF foi a do ano anterior e que o repasse dos recursos para os estudantes  
83 ainda será discutido na PROEX e, ainda, acrescentou sobre a criação de um cronograma de  
84 trabalho para não haver problemas na descentralização dos recursos para o Câmpus.  
85 Daniel levantou o questionamento sobre a publicação dos editais de estágio obrigatório  
86 remunerado dentro dos Câmpus e sobre a vedação desta publicação pela Orientação Nº 02  
87 do MPOG e, informou que esta discussão será novamente levada ao Colégio de Dirigentes.  
88 Waléria relatou sobre sua visita ao Centro de Estudos da UFG e, informou que a UFG desde  
89 a publicação da Orientação do MPOG, não ofertam mais na Universidade, o estágio  
90 obrigatório remunerado e, ponderou sobre a necessidade de buscar saídas para a oferta  
91 deste estágio no Instituto. Daniel disse que a SETEC não respondeu sobre este  
92 questionamento e, a Procuradoria do IFG foi bastante categórica em dizer pela paralização  
93 da oferta deste estágio e, levantou um questionamento se o estudante é atraído à vaga  
94 somente se esta for remunerada. José Nerivaldo disse que fica mais difícil captar o  
95 estudante para as vagas que o câmpus oferece e, informou que a cidade oferta poucas  
96 possibilidades de estágio, sendo a maioria, realizada fora de Cidade de Goiás. Blyeny  
97 relatou que não houve a diminuição da busca pelas vagas e sim, aumentou a busca para  
98 estágio fora do câmpus, antes, os estudantes davam prioridade às vagas do câmpus.  
99 Mariana disse que o estágio é um grande desafio no Câmpus Águas Lindas, restringindo a  
100 maioria do campo de estágio à Prefeitura e, que os estudantes do curso Técnico em Meio  
101 Ambiente são os que não conseguem estágio fora e, indagou, sobre como irão fomentar o  
102 estágio para este curso. Martha relatou que o contato de vagas e procura de estágio não é

103 realizado pelo estudante, sendo este trabalho desenvolvido pela Gepeex e, que a realidade  
104 do Câmpus Goiânia Oeste é diferente devido os cursos serem da área da saúde. Rômulo  
105 informou que não houve diminuição de procura e que os estudantes, também, buscam  
106 estágio fora. Alessandro disse que apesar da proximidade ao DAIA, ainda há grandes  
107 dificuldades para campo de estágio e que a busca dos estudantes é mais pela vaga e não  
108 pela remuneração. Lorena informou, também, que não houve diminuição, somente para o  
109 curso de informática. Betânia relatou que a grande maioria dos estudantes opta pelo estágio  
110 fora do Câmpus, nas indústrias. Marluce informou que já faz tempo que não ofertam vagas  
111 de estágio com remuneração no Câmpus e que não há problemas para a procura das  
112 vagas.

113 **Continuação da reunião: período vespertino**

114 Durante o período vespertino foram discutidas as seguintes pautas: 1) Apresentação do  
115 resultado da consulta pública sobre a Minuta de Empresa Junior; 2) e Programa Nacional de  
116 Alimentação PNAE.

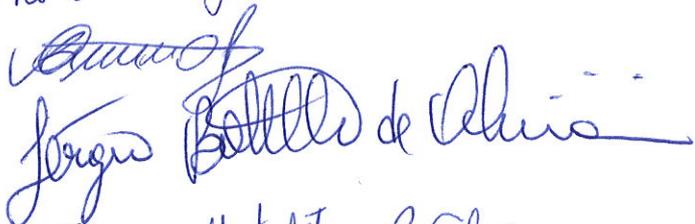
117 Iniciando com a palavra, Daniel consulta a opinião dos membros da câmara sobre a  
118 continuidade ou não da construção da minuta de regulamentação das Empresas Juniores,  
119 até que esse assunto seja pautado no Congresso do Plano de Desenvolvimento Institucional  
120 (PDI) e estatuto. Renata defende a continuidade da construção da minuta, aponta ser um  
121 avanço a regulamentação do funcionamento das Empresas Juniores anterior à aprovação  
122 no PDI, distinguindo de vários assuntos que apesar de aprovados não são regulamentados.  
123 Afirma ainda que existe muita demanda pelos câmpus sobre o funcionamento das empresas  
124 júniores. Ana Lúcia defende que o funcionamento das Empresas Júniores já é uma  
125 expectativa da comunidade interna do campus Jataí, uma vez que tal ação já foi divulgada.  
126 Mediante as sugestões, Daniel afirma que a minuta continuará tramitando. Rômulo,  
127 representando a relatoria, inicia a apresentação do resultado da consulta pública sobre a  
128 minuta de Empresa Junior. Explica que a consulta finalizou no dia 16 de março e houve 29  
129 questionamentos. Waléria sugere que sejam discutidos os pontos mais questionados  
130 durante a consulta pública. Afirma, de forma exemplificativa, que o questionamento mais  
131 frequente foi sobre o motivo da instituição das Empresas Júniores não abarcarem também  
132 os cursos técnicos. Orienta que um aluno menor de idade não pode abrir uma empresa.  
133 Rômulo apresenta uma das propostas da relatoria no item "f", que sugere que a empresa  
134 júniores possa cobrar pela elaboração de produtos e prestação de serviços, desde que os  
135 valores arrecadados sejam revertidos para investimentos na própria empresa. Betânia

136 questiona se tal proposta já foi aprovada pela relatoria e diretora de ações profissionais e  
137 tecnológicas. Waléria explica que as aprovações são realizadas pela relatoria e câmara de  
138 extensão, sendo que a diretoria não interfere nesse processo. Os participantes da reunião  
139 em consenso decidem que a discussão dos resultados da consulta pública da minuta de  
140 empresa juniores será realizada na próxima reunião da câmara com o texto sistematizado,  
141 uma vez que o resultado que a relatoria trouxe consta das observações de cada membro (a  
142 comissão é constituída por três membros). Renata sugere que seja discutido ao menos um  
143 ponto polêmico da consulta, que foi a quantidade de empresas juniores por curso. Waléria lê  
144 a proposta da relatoria, que sugeriu que cada curso poderá criar até duas empresas juniores  
145 e que as mesmas sejam vinculadas às áreas e subáreas dos cursos. Waléria coloca que  
146 existe a limitação de espaço físico e demais infraestrutura para a instalação das empresas  
147 juniores. Sérgio sugere limitar a instituição de empresas à infraestrutura de cada campus.  
148 Nerivaldo se opõe afirmando que a disponibilidade de infraestrutura é contextual e depende  
149 da priorização e de suas decisões políticas. Daniel afirma que a demanda do espaço nos  
150 câmpus poderá gerar a necessidade de habilitação/seleção para a criação de empresas.  
151 Segue, declarando que não entende a necessidade de serem criadas mais de uma empresa  
152 por área ou por curso. Renata coloca que deverá ser incluído no documento, por meio da  
153 inserção de mais um artigo, que haverá edital para seleção das empresas juniores, pois, na  
154 versão atual da minuta, a criação de empresas juniores não está vinculada à edital, mas  
155 sim, a "fluxo contínuo". Defende que devem existir limites para a criação de empresas até  
156 mesmo para que as áreas se dialoguem. Não houve consenso sobre tal proposta. Ficou  
157 decidido que a relatoria sistematizará o documento (minuta das empresas juniores) e  
158 apresentará na próxima reunião. A sistematização consistirá na organização do documento.  
159 Antes da próxima reunião serão enviadas a minuta original e a minuta com as alterações da  
160 relatoria. A alteração da relatoria será realizada a partir dos comentários recebidos na  
161 consulta pública e das propostas da própria relatoria. Ana Lúcia questiona se poderão ser  
162 construídas empresas fora do espaço do câmpus. Daniel responde que é apropriado que  
163 funcionem dentro do câmpus, no entanto não houve resposta contra. Ana Lúcia segue  
164 afirmando que existe dentro de uma mesma área/cursos, dois núcleos de pesquisa que não  
165 conversam entre si, podendo essas subáreas não entrar em consenso no momento da  
166 criação de uma empresa júnior, sendo necessário construir mais de uma empresa para cada  
167 curso/subárea. Waléria ressalta que a criação das empresas juniores deverá ser solicitada  
168 pelos alunos com a orientação dos professores. Daniel afirma que tais discussões  
169 (generalização ou espacialização dentre de cada área) estão considerando somente a lógica

170 dos professores, das subdivisões em núcleos. Tais decisões deverão ser realizadas a partir  
171 da demanda dos alunos, da capacidade em “construir” pontes e da realidade de cada caso.  
172 Waléria afirma que é necessário, inclusive, limitar a interferência dos professores em  
173 algumas decisões que pertencerão aos alunos, como exemplo, o uso de recursos  
174 financeiros recebidos para o investimento na empresa em aquisição de equipamentos.  
175 Surge uma discussão sobre o reinvestimento das arrecadações das empresas em serviços  
176 e patentes para ela própria. Waléria afirma que a legislação sobre as empresas juniores não  
177 orientam sobre o reinvestimento de recursos. Daniel afirma que os recursos que são  
178 captados pelo IFG são destinados uma parte para o superávit e que mesmo que esses  
179 recursos sejam reinvestidos na instituição, os valores do reinvestimento são descontados na  
180 Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa pauta é finalizada com o encaminhamento que seja  
181 discutido na próxima reunião da câmara. Willian inicia a contextualização da próxima pauta,  
182 que será sobre a utilização dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar  
183 (PNAE). Willian afirma que o recursos do PNAE é destinado à aquisição de alimentação  
184 escolar, no entanto os valores são devolvidos todo os anos. Segue afirmando que as  
185 nutricionistas da Proex têm estudado formas de utilização dos recursos e cita o curso aberto  
186 para o Instituto Federal Sul de minas que orienta a utilização do recurso do PNAE. Denise  
187 afirma que o IFG recebe mensalmente recursos do PNAE, destinados exclusivamente para  
188 a aquisição de alimentos, sendo 30% destinado obrigatoriamente à aquisição de alimentos  
189 da agricultura familiar. Denise explica que os recursos são recebidos de forma automática e  
190 centralizada pela pró-reitora de administração, que deverão descentralizar os valores  
191 recebidos para cada câmpus, para que o programa seja executado no âmbito dos câmpus.  
192 O manual de execução do PNAE, elaborado pela Proex orienta a utilização de 100% do  
193 recurso com a aquisição de alimentos da agricultura familiar devido ser por dispensa  
194 licitatória, tornando o processo mais simples e por promover a articulação dos campus com  
195 a agricultura familiar local. Denise explica que para a execução do PNAE no IFG serão  
196 realizados três projetos pilotos, nos Câmpus: Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás e  
197 Itumbiara e, que a partir da experiência formada, será proposta a execução para os demais  
198 câmpus do IFG. Os câmpus foram selecionados para piloto considerando a presença do  
199 restaurante estudantil em todos eles, da presença do curso de agroecologia na cidade de  
200 Goiás, do nutricionista em Aparecida de Goiânia e da oferta de lanche comunitário no  
201 campus Itumbiara. Betânia questiona sobre o motivo da utilização dos recursos somente  
202 nesses três câmpus. Uma servidora de Uruaçu afirmou que seu campus também possui  
203 nutricionista. Denise explicou que o nutricionista deve ser servidor público no IFG, sendo

204 que o nutricionista contratado pela empresa não poderá responder como responsável  
205 técnico do PNAE e, ainda, a empresa não poderá gerir os recursos. Betânia questiona sobre  
206 a execução do piloto apenas em alguns câmpus. Daniel explica que os recursos do PNAE  
207 são de caráter complementar não sendo suficientes para a oferta de uma refeição completa,  
208 dessa forma é necessário cuidado na utilização do recurso. Daniel cita que, atualmente, o  
209 IFG conta somente com três nutricionistas, e que toda a execução do PNAE deve ser  
210 acompanhada pelo nutricionista diariamente. Daniel ressalta que os institutos federais  
211 devolvem todo ano. 12 dos 18 milhões que são recebidos pela rede e que a utilização do  
212 recurso recebido do PNAE pelo IFG, impactará positivamente na agricultura familiar do  
213 estado de Goiás. Explica que o câmpus de Aparecida de Goiânia possui o nutricionista e o  
214 curso de agroindústria, que dialoga com a agricultura familiar e o campus Goiás tem o curso  
215 de agroecologia. Daniel explica que após a execução do PNAE, o IFG poderá gerar  
216 experiência suficiente para executar também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).  
217 Assim, a execução do PNAE deve ser realizada de forma gradual. Denise ressalta que a  
218 execução do PNAE no IFG é dificultada pela terceirização do restaurante estudantil e que  
219 todos os procedimentos necessários serão executados no próprio câmpus (aquisição de  
220 alimentos, distribuição, prestação de contas, etc). Daniel informa que fará visitas aos  
221 câmpus para dialogar e conhecer as ações e projetos desenvolvidos, no sentido de formar  
222 uma atuação inversa, marcada pela difusão das boas práticas de extensão já desenvolvidas  
223 nos câmpus para todo o IFG. Daniel propõe a formação da comissão para elaboração de  
224 minuta de edital para regulamentação da captação de recursos para eventos. Lorena e  
225 Blyeny se dispõem a compor a comissão. A reunião encerrou-se às dezessete horas.

  
Renata Luiza da Costa

  
Jorge Botelho de Oliveira

Blyeny Hatalita P. Alves

Alessandro Silva de Oliveira

Maíra Mendes

Maurício P. Alves